



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-CAMPUS I**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

**AMANDA SILVEIRA VILAS BOAS**

**O PAPEL DO PSICÓLOGO(A) NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE  
CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO  
NARRATIVA**

Salvador

2023

**AMANDA SILVEIRA VILAS BOAS**

**O PAPEL DO PSICÓLOGO(A) NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS  
AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado no Departamento de Educação, no Bacharelado em Psicologia como requisito básico para aprovação no curso de Psicologia.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sueli Barros da Ressurreição

Salvador

2023

AMANDA SILVEIRA VILAS BOAS

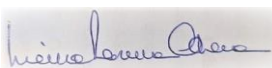
**O PAPEL DO PSICÓLOGO(A) NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Monografia submetida à aprovação do corpo docente da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação Campus I, como pré-requisito para a conclusão do curso de Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

DocuSigned by:  
**SUELI BARROS DA RESSURREIÇÃO**  
F0ADCE827B61443...

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Sueli Barros da Ressurreição – UNEB  
(Orientadora)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Meire Pereira Checa (UNEB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabella Regina Gomes de Queiroz-  
(Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública)

Aprovada em 04 de dezembro de 2023.

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho de conclusão de curso representa um marco significativo, e não seria possível sem o apoio e contribuições valiosas de diversas pessoas. Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que tornaram este feito possível.

Primeiramente, a Deus, pela minha vida, e por permitir vencer todos os obstáculos vivenciados ao longo da minha trajetória de realização desse trabalho.

Aos meus pais e minha irmã, que me incentivaram em momentos difíceis e compreenderam esse momento como um marco desafiador e importante dentro da minha trajetória universitária, a compreensão e o encorajamento que me ofereceram foram essenciais para alcançar esse objetivo.

Também gostaria de agradecer a minha professora e orientadora Sueli Barros por sua orientação, apoio e feedbacks essenciais ao longo deste trabalho. Suas correções e ensinamentos foram fundamentais para o aprimoramento desse estudo e para o meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Por fim, gostaria de agradecer às pessoas com quem pude conviver ao longo desses anos de curso que sempre me incentivaram e estiveram ao meu lado apoiando as minhas escolhas, ademais, a todos os que, de uma forma ou de outra estiveram presentes e influenciaram positivamente este percurso acadêmico.

Muito obrigada a todos.

Amanda Silveira Vilas Boas

VILAS BOAS, Amanda Silveira. **O papel do psicólogo(a) na promoção da inclusão de crianças autistas na educação infantil**: uma revisão narrativa. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Sueli Barros da Ressurreição. 2023. 32 f. TCC (Graduação) – Bacharelado em Psicologia, Universidade do Estado da Bahia, 2023.

## RESUMO

O presente estudo trata-se de uma investigação acerca de como o psicólogo pode contribuir na promoção da inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no início da sua vida escolar. Os objetivos desse trabalho são aplicados a descrever como se procede a inclusão social de crianças com autismo no início da vida escolar, analisar quais são os impactos sociais diretos do percurso de uma criança autista na sua entrada direta à vida escolar e compreender como o psicólogo pode promover caminhos que favoreçam uma melhor experiência na inserção de crianças autista na escola. A estratégia de investigação recorreu à revisão de literatura do tipo narrativa. As fontes *Scielo* e *Pepsico* serviram para o fornecimento de dados eletrônicos bibliográficos da literatura dos últimos 10 anos acerca da temática abordada. Por fim, os resultados apontam a importância da formação continuada para os profissionais que atuam diretamente com essas crianças, os benefícios ocasionados pela interação social e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para o êxito da formação escolar de criança com autismo.

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão Social. Educação Infantil. Papel da Psicologia.

VILAS BOAS, Amanda Silveira. **The role of psychologists in promoting the inclusion of autistic children in early childhood education**: a narrative review. Advisor: Dr. Sueli Barros da Ressurreição. 2023. 32 f. TCC (Graduation) - Bachelor's Degree in Psychology, Bahia State University, 2023.

## **ABSTRACT**

This study is an investigation into how psychologists can contribute to promoting the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) at the start of their school life. The objectives of this study are to describe how the social inclusion of children with autism at the beginning of their school life is carried out, to analyze the direct social impacts of an autistic child's journey on their direct entry into school life and to understand how psychologists can promote paths that favor a better experience in the insertion of autistic children into school. The research strategy used a narrative literature review. The Scielo and Pepsico sources were used to provide electronic bibliographic data on the literature from the last 10 years on the subject. Finally, the results point to the importance of continuing training for professionals who work directly with these children, the benefits brought about by social interaction and the need for a multidisciplinary approach to the successful schooling of children with autism.

**Keywords:** Autism. Social inclusion. Early childhood education. The role of psychology.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AMA</b>	Associação de Amigos do Autista
<b>CAA</b>	Centro de Atenção ao Autista
<b>CDC</b>	Centers Disease Control and Prevention
<b>DSM</b>	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder</i>
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>OPAS</b>	Organização Pan-Americana da Saúde
<b>TEA</b>	Transtorno do Espectro Autista
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS .....</b>	<b>9</b>
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>13</b>
3.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E SUAS IMPLICAÇÕES ..	13
3.2 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO SEU DESENVOLVIMENTO .....	17
3.3 CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO(A) NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	19
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional é um tema de grande relevância e interesse social, especialmente na Educação Infantil, o primeiro estágio formal de ensino. A Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, incluindo aquelas com TEA.

O TEA é uma condição neurobiológica que afeta a interação social, a comunicação verbal e não verbal, bem como o comportamento e os interesses da pessoa. Estatísticas do Centers for Disease Control and Prevention (CDC, 2020) estimam que 1 em cada 54 crianças seja diagnosticada com TEA nos Estados Unidos. No Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) também aponta uma prevalência significativa dessa condição, com aproximadamente 2 milhões de pessoas com TEA no país. Esse transtorno pode ser assim entendido:

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno no neurodesenvolvimento do indivíduo, caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. (SESa, Ministério da Saúde, 2014).

A inclusão de crianças com TEA na educação infantil tem recebido cada vez mais apoio, fundamentada no princípio de que todas as crianças têm o direito de receber uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades ou dificuldades. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, ressalta a necessidade de garantir a inclusão plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, incluindo o acesso à educação inclusiva.

Diversas pesquisas têm evidenciado os benefícios da inclusão precoce de crianças com TEA na educação infantil. Estudos demonstram que a interação com crianças típicas em um ambiente inclusivo promove o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicação, autonomia e aprendizado acadêmico das crianças com TEA (Magiati *et al.*, 2020; Soto, Hirsch, 2019).

Apesar dos avanços na área da inclusão, ainda existem desafios a serem superados. A falta de capacitação adequada dos profissionais da educação infantil, a

escassez de recursos e apoios especializados, bem como a resistência e o preconceito por parte de alguns membros da comunidade escolar, constituem obstáculos que precisam ser enfrentados para garantir uma inclusão efetiva e de qualidade.

Este estudo tem como objetivo principal investigar o processo de inclusão social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no início de sua trajetória escolar, com foco nas contribuições do(a) psicólogo(a) nesse cenário. No âmbito dos objetivos específicos, buscou descrever minuciosamente as práticas envolvidas na inclusão social de crianças com TEA no início da vida escolar, analisar os impactos sociais diretos ao longo desse percurso e compreender de que maneira o psicólogo pode desempenhar um papel crucial na promoção de caminhos que propiciem uma experiência mais positiva e inclusiva para essas crianças. Esses objetivos específicos visam fornecer uma compreensão aprofundada do processo de inclusão, destacando os desafios enfrentados e identificando estratégias eficazes para melhorar a experiência educacional de crianças autistas no contexto escolar inicial.

Dessa forma, este trabalho busca explorar como a psicologia pode promover inclusão de crianças com TEA na educação infantil, analisando os impactos sociais que essa prática pode proporcionar. Devido aos problemas vivenciados atualmente que percorre essa problemática, se faz necessário desenvolver pesquisas e estudos que visam contribuir com o teor científico da Psicologia em relação ao autismo e perceber como isso pode galgar diretamente em impactos sociais. Por meio de uma análise crítica, pretende-se incentivar a reflexão e a conscientização sobre a relevância de promover ambientes educacionais inclusivos desde o início da vida escolar, visando o desenvolvimento pleno e o bem-estar de todas as crianças.

O trabalho de conclusão de curso está organizado em 4 capítulos dentre eles: apresenta no primeiro capítulo a introdução, o segundo capítulo apresenta as estratégias metodológicas usadas para a realização da revisão narrativa, o terceiro capítulo apresenta os referenciais teóricos utilizados para a realização da análise, o quarto capítulo corresponde as considerações finais, e por fim, as referências do trabalho.

## 2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Nesse presente estudo a investigação é de abordagem qualitativa através de revisão de literatura narrativa. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Dessa forma, foi tomado como objetivo compreender como o psicólogo pode promover a inclusão de crianças autistas no início da sua trajetória na vida escolar.

A revisão de literatura narrativa foi necessária no presente estudo por se mostrar mais adequada para a compreensão dos dados bibliográficos acerca do autismo e suas interfaces, além de investigar a relação desse cenário com a inclusão escolar dessas crianças, promovendo assim uma discussão acerca do manejo do psicólogo(a) nesse cenário.

Taylor e Procter (2001) definem revisão de literatura como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico. As revisões bibliográficas concentram o conhecimento presente em um estudo de alguma área em específico e a partir disso deve considerar os pontos cruciais para fazer a sua análise. Segundo Doe J (2020), na revisão narrativa geralmente começa com uma pergunta de pesquisa claramente definida. O pesquisador busca ativamente por uma literatura relevante, realiza uma análise crítica dos estudos selecionados e durante o processo, são identificadas lacunas no conhecimento existente e são feitas interpretações e sínteses dos resultados encontrados.

Para responder à questão norteadora “Como o psicólogo(a) pode promover inclusão para crianças com autismo início da sua trajetória escolar?” a investigação foi conduzida utilizando a plataforma Google Acadêmico, que proporcionou acesso à sua base de dados, incluindo *Scielo* e *PepSic* que disponibilizaram informações técnicas e científicas publicadas a nível nacional e internacional de forma gratuita e aberta. Para a seleção de produções foi realizada pesquisa na base de dados eletrônicos citados acima, usando palavras-chaves como: “autismo”, “inclusão”, “educação infantil”. Além dos artigos de base científica referentes à temática, foram incluídos livros, revistas, dissertações e teses. Na fase subsequente, efetuou-se a leitura dos resumos dos artigos com o propósito de eliminar aqueles que não

guardavam relação ou não abordavam o tema, adicionalmente, foram excluídos artigos publicados há mais de 10 anos, crianças autistas com outras comorbidades, crianças autistas em espaços não escolar. Na fase conclusiva, foram escolhidos 5 artigos para análise, os quais não apenas abordaram a pergunta orientadora, mas também estavam em conformidade com o critério de data de publicação estabelecido.

**Quadro 1** – Síntese dos artigos selecionados para realizar a análise de revisão narrativa.

<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo de produção/ano</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Principais resultados</b>
Agripino-Ramos, C. <i>et. al</i>	Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças?	Artigo/2019	Investigar as concepções de crianças com desenvolvimento típico acerca de suas vivências escolares em contextos de inclusão de colegas com Transtorno do Espectro Autista - TEA em dois momentos distintos, no início e no final do ano letivo, com vistas a verificar possíveis mudanças nessas concepções a partir da convivência com os pares com TEA.	As crianças tinham uma visão positiva da creche, dos professores e colegas, descrevendo-os com adjetivos positivos. Elas associavam a creche a atividades e as pessoas ao comportamento. As que não brincavam eram colegas com comportamento agressivo, mas as crianças com TEA eram preferidas e vistas como especiais. Com o tempo, passaram a ser reconhecidas por suas habilidades. O estudo destaca a importância de entender a inclusão na escola pela perspectivas das crianças.
Andrada, P. <i>et. al</i>	Possibilidades de Intervenção do Psicólogo Escolar na Educação Inclusiva.	Artigo/2018	Fazer um mapeamento de ações na área da Psicologia Escolar Educacional de práticas inclusivas dentro das escolas e que, efetivamente, promovam o desenvolvimento dos sujeitos.	Os resultados apontam que apesar da importância das ações mapeadas estas são ainda incipientes, com muitas lacunas a serem preenchidas por educadores e psicólogos para práticas realmente inclusivas.
Battisti, G. Heck, G.	A inclusão escolar de crianças com autismo na educação	Artigo/2015	O objetivo deste artigo é analisar as mudanças promovidas pelas políticas de inclusão em relação	A tese aponta que a educação de crianças autistas é algo que inclui muitas habilidades sociais, visuais, comportamentais e de

	básica: teoria e prática.		ao acesso e permanência/ presença da criança com autismo na escola regular.	rotina. Todas as estratégias são fundamentais para que a criança autista cresça cognitivamente e socialmente, além de elevar o bem estar psicológico da criança e da família.
Francês, L. Mesquita,A.	As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo.	Artigo/2021	Visa a discutir a escola a partir do olhar da criança acerca das experiências vivenciadas nos espaços-tempos da escola	Foi identificado que crianças com TEA buscam interações únicas, desafiando normas e regras escolares. É crucial ouvir e entender suas diversas formas de expressão para desenvolver práticas educativas que respeitem suas características, rompendo com padrões rígidos na organização escolar.
Lemos, E. <i>et.al</i>	Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio.	Artigo/2020	Objetivou analisar episódios interacionais de crianças com autismo nos contextos de sala de aula e pátio, considerando seus pares e professores.	Os resultados foram abordados quantitativamente, usando frequências de interações, e qualitativamente, com estudos de caso que incluíam exemplos de interações. Apesar das variações, as interações foram marcadas pelo uso de objetos e direcionamentos das professoras para as crianças com autismo. As interações entre pares foram mais comuns durante atividades livres na sala de aula. Destacase a importância de estudar essas interações para pesquisa, avaliação e intervenção na escola.

**Fonte:** Própria Autora (2023).

Em sequência, o método empregado para analisar e interpretar os dados adotou a abordagem de "Análise de Conteúdo Temática" desenvolvida por Minayo (2007), que se baseia na interpretação qualitativa dos dados. Dentro dessa metodologia, o discurso dos atores sociais é contextualizado para uma compreensão mais aprofundada, ancorada no próprio conteúdo do discurso, abrangendo, em última instância, o contexto histórico e amplo que molda as declarações. O processo começa

com a organização dos dados coletados para a pesquisa. Em seguida, procedeu à fase de categorização, na qual identificamos criteriosamente os elementos relevantes para a pesquisa e desenvolvemos categorias específicas correspondentes. Finalmente, na etapa de análise definitiva, estabelecemos conexões entre os dados e os fundamentos teóricos, respondendo os questionamentos da pesquisa com base nos objetivos que foram traçados. Por fim, essa investigação não envolveu pesquisa de campo com seres humanos, diante disso não se faz necessário atender os critérios éticos da Resolução 510/16.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo desse capítulo é apresentar e discutir os resultados referentes à questão norteadora desta pesquisa que buscou investigar como o psicólogo(a) pode promover inclusão para crianças autistas no início da sua trajetória escolar, especificamente na educação infantil. Desse modo, será necessário galgar um estudo bibliográfico histórico-social sobre o autismo e suas implicações na atualidade, agregando a educação e as contribuições da psicologia nesse processo emblemático.

Na primeira subseção, abordaremos o "Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas implicações". Inicialmente, será feita uma introdução ao TEA, delineando seus principais aspectos e características. Em seguida, exploraremos as manifestações e sintomas do TEA, buscando entender suas diversas nuances. Além disso, discutiremos a importância do diagnóstico precoce e as ferramentas de avaliação utilizadas para identificar o TEA. Por fim, examinaremos o impacto do TEA no desenvolvimento infantil, destacando as áreas que podem ser afetadas e as implicações para as crianças e suas famílias.

Já na segunda subseção, exploraremos "A importância da inclusão escolar de crianças com autismo no seu desenvolvimento". Este capítulo se concentra em compreender como a inclusão escolar desempenha um papel vital no desenvolvimento de crianças com autismo. Abordaremos os benefícios da inclusão, os desafios enfrentados pelas escolas e educadores e as estratégias eficazes para promover um ambiente inclusivo.

Por fim, a terceira subseção se dedica às contribuições do psicólogo(a) na promoção da inclusão de crianças autistas na educação infantil. Aqui, exploraremos o papel fundamental do psicólogo(a) na facilitação da inclusão escolar de crianças com autismo. Analisaremos as estratégias e intervenções psicológicas que podem ser aplicadas para apoiar o desenvolvimento e a adaptação dessas crianças no ambiente da educação infantil. Além disso, discutiremos os desafios e as melhores práticas associadas ao trabalho do psicólogo(a) nesse contexto.

#### 3.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E SUAS IMPLICAÇÕES

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um conjunto de condições caracterizadas por algum grau de dificuldade no convívio social, na comunicação verbal e não verbal e interesses

específicos por algumas atividades realizadas de forma repetitiva. Dessa forma, é evidente que isso pode gerar prejuízos na interação social do sujeito.

O termo "autismo" foi introduzido por Eugen Bleuler, um psiquiatra suíço, em 1911, para descrever a retirada social observada em alguns indivíduos com esquizofrenia. Em 1943, o médico austríaco-americano Leo Kanner fez a primeira descrição detalhada do autismo infantil precoce, em seu artigo "Distúrbios autísticos do contato afetivo". Durante muitos anos, o autismo foi mal compreendido, uma teoria desacreditada de que o autismo poderia ser causado por mães frias e rejeitadoras. Kanner (1943) associa mães geladeiras, mães frias, ao comportamento dos bebês autistas, devido ao estresse causado pelas frustrações de expectativas das mães e suas demandas, mas não interpreta como relação causa-efeito. Bernard Rimland, um psicólogo e pai de uma criança autista, foi um dos primeiros a desafiar essa associação e argumentar que o autismo tinha uma base biológica. A partir da década de 1980, o autismo passou a ser considerado um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), visto que estas alterações estão presentes muito cedo na vida da criança (Bosa; Callias, 2000).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) é uma ferramenta importante para o diagnóstico de transtornos mentais, incluindo o autismo. O DSM-III, lançado em 1980, incluiu o diagnóstico de "Transtorno Autista" pela primeira vez. Na quinta edição, o DSM-5, consolidou diferentes diagnósticos sob o termo "Transtorno do Espectro Autista" (TEA).

[...] déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (DSM-5, 2014, p. 31)

Dentro da mesma perspectiva, é importante ressaltar o marco significativo do DSM-IV. Publicado em 1994, o DSM-IV desempenhou um papel crucial na definição e categorização do "Transtorno Autista". Ao estabelecer critérios diagnósticos claros, o DSM-IV padronizou o processo de diagnóstico, aumentando a visibilidade do autismo e contribuindo para pesquisas e intervenções baseadas em evidências.

Os indivíduos que são diagnosticados com o Transtorno do Espectro Autista possuem significativas dificuldades na linguagem, e por consequência em sua

comunicação. Costumam apresentar complicações em suas intenções de se comunicar com o mundo exterior, dificultando o processo de suas relações sociais. Esses sintomas podem ser vistos nos primeiros anos de vida de uma criança, considerando que pode ser gerado danos significativos no seu desenvolvimento. (Walter; Nunes, 2008).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2017), nos últimos anos, estima-se que haja uma prevalência de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a cada grupo de 160 crianças ao redor do mundo. Essa estimativa baseia-se em dados médicos, embora a prevalência possa variar substancialmente entre os estudos. É importante ressaltar que, de acordo com a mesma organização e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2019), em muitos países de baixa renda, a incidência de TEA ainda é desconhecida.

Vale salientar que de acordo com a OPAS (2017), estudos epidemiológicos realizados nas últimas décadas têm evidenciado um aumento significativo na prevalência de TEA em âmbito global. Esse fenômeno pode ser atribuído a diversas razões, tais como o aumento da conscientização sobre o tema, a ampliação dos critérios diagnósticos e o aprimoramento dos instrumentos utilizados para o diagnóstico, bem como a melhoria na disseminação das informações pertinentes.

É notório que durante muito tempo o autismo não obteve espaços para ser conhecido e compreendido em nível global, incluindo o Brasil. Não havia nenhum tipo de serviço específico disponível para pessoas com autismo. Durante a década de 1980, no Brasil, observou-se o surgimento das primeiras ações voltadas para o atendimento de pessoas com autismo (Macedo, M. *et. al*/2014). Um dos marcos nesse período foi o estabelecimento do Centro de Atenção ao Autista (CAA) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), o qual se tornou uma instituição de destaque no país em relação ao diagnóstico e tratamento do transtorno.

Nos anos 1990, houve um aumento significativo da conscientização e disseminação de informações sobre o autismo no Brasil. Nesse período, diversas organizações e associações de pais de crianças com autismo surgiram, como a Associação de Amigos do Autista (AMA). Essas entidades dedicaram-se a promover o conhecimento acerca do autismo e a lutar pelos direitos e inclusão social das pessoas afetadas pelo transtorno.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p.4): "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". A legislação dos direitos humanos estabelece uma relação direta e objetiva com o autismo ao garantir a igualdade de tratamento, não discriminação e pleno exercício dos direitos fundamentais para as pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). Ela respalda a inclusão social, promovendo ambientes acessíveis e a eliminação de barreiras que possam restringir a participação plena das pessoas com autismo na sociedade. Essa legislação enfatiza a importância da adaptação de ambientes, a promoção de educação inclusiva, além de proibir a discriminação em todas as áreas da vida.

Um marco significativo ocorreu em 2012 no Brasil, quando o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, que reconheceu o autismo como uma deficiência e estabeleceu diretrizes para o atendimento e inclusão das pessoas afetadas pelo transtorno. Assim, a criação dessa lei teve como objetivo garantir igualdade e segurança, promovendo a inclusão dos indivíduos autistas junto às outras crianças e adultos com necessidades especiais.

Em dezembro de 2012, alguns dos direitos dos autistas passaram a ser assegurados pela lei 12.764, chamada de "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista". Basicamente, a lei reconhece que os portadores de autismo têm os mesmos direitos que todas os outros pacientes com necessidades especiais no Brasil. Entre outros aspectos, a legislação garante que os autistas podem frequentar escolas regulares e, se necessário, solicitar acompanhamentos nesses locais. Em 2007, o Estado de São Paulo foi obrigado, por lei, a arcar com os custos de educação e saúde de qualquer indivíduo com autismo. (BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012).

No ano de 2019, no Brasil, entrou em vigor a Lei nº 13.977, popularmente conhecida como Lei Berenice Piana, em homenagem a Berenice Piana, uma mãe que se destacou na luta pelos direitos das pessoas com autismo, pois seu filho também era afetado pelo transtorno. Essa importante legislação estabelece diretrizes fundamentais para a política de proteção e garantia dos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista. A Lei Berenice Piana também estabelece diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com autismo (BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012).

O diagnóstico de autismo é feito com base em critérios clínicos estabelecidos por sistemas de classificação internacionalmente reconhecidos, como o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição) e a CID-10

(Classificação Internacional de Doenças, 10ª edição). Esses critérios são usados por profissionais de saúde mental e médicos para avaliar e diagnosticar o transtorno do espectro do autismo (TEA).

Aqui estão as principais definições de diagnóstico de autismo de acordo com o DSM-5 (2013): Critério A: Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em diversos contextos: déficits na reciprocidade social emocional, déficits no uso de comportamentos não verbais para interação social, dificuldade em desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Critério B: Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades: comportamentos motores ou verbais repetitivos, adesão excessiva a rotinas ou padrões ritualísticos, interesses fixos e intensos em tópicos específicos. Critério C: sintomas devem estar presentes desde a infância, mesmo que eles possam não ser completamente evidentes até que a criança enfrente demandas sociais mais complexas. Critério D: sintomas causam prejuízo significativo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida, esses sintomas do TEA devem causar prejuízo significativo nas atividades diárias, relacionamentos e funcionamento global da pessoa. E por fim, o Critério E: Exclusão de outras condições: O diagnóstico de autismo deve ser feito após a exclusão de outras condições médicas ou de saúde mental que possam explicar os sintomas. Além disso, o DSM-5 reconhece três níveis de gravidade para o TEA, com base na intensidade dos sintomas e no grau de apoio necessário: Nível 1: Requer apoio substancial. Nível 2: Requer apoio substancial. Nível 3: Requer apoio muito substância.

Portanto, é fundamental destacar que o diagnóstico do autismo é um processo complexo que demanda uma avaliação clínica minuciosa realizada por um profissional de saúde devidamente qualificado, tal como um psiquiatra, psicólogo ou neuropediatra. Além disso, é imperativo levar em consideração a história do desenvolvimento da criança ou do indivíduo, juntamente com a observação direta de seus comportamentos e interações sociais, a fim de garantir um diagnóstico preciso. Portanto, é de extrema importância que qualquer suspeita de autismo seja discutida com um profissional de saúde para avaliação adequada.

### 3.2 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO SEU DESENVOLVIMENTO

A inclusão escolar é um conceito que se refere à prática de garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso igualitário à educação de qualidade em ambientes educacionais regulares. Isso envolve a criação de escolas e salas de aula inclusivas, onde cada aluno é valorizado e recebe o apoio necessário para alcançar seu pleno potencial acadêmico, social e emocional. Essa definição foi definida na Declaração de Salamanca, que foi adotada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, em 1994. A Declaração de Salamanca enfatiza a importância da inclusão como um princípio fundamental da educação e destaca a necessidade de eliminar barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou necessidades especiais (Fleith, 2011).

A inclusão é, portanto, um esforço voltado para garantir igualdade de direitos à educação para todos, com um enfoque na valorização do ambiente escolar como um espaço propício para o desenvolvimento das habilidades dos alunos, em vez de se concentrar apenas em suas dificuldades. Conforme expresso por Fleith (2011), "a ênfase muda da deficiência, do transtorno e das dificuldades para as potencialidades dos alunos e as oportunidades de ensino, aprendizado e crescimento que se apresentam" (p. 44). Com base nessas considerações, compreendemos que uma escola inclusiva seria aquela que consegue educar todas as crianças, respeitando suas diferenças e oferecendo respostas adequadas às suas necessidades.

Ao defender a inclusão de todos os alunos no ensino regular, o objetivo principal da inclusão escolar é promover a igualdade de oportunidades entre os indivíduos, levando em consideração, sobretudo, a vasta diversidade inerente à natureza humana, a qual deve ser reconhecida e valorizada, no qual implica na criação de salas de aula heterogêneas. No entanto, destaca-se o papel dos educadores em aproveitar as oportunidades que surgem no ambiente escolar e agir como mediadores, com o objetivo de promover a aprendizagem dos alunos (Costa, 2006; Gaspar ; Serrano, 2011).

Contudo, de acordo com certos estudiosos (Macedo *et al.*, 2014; Silva Neto *et al.*, 2018), existe a opinião de que paradigmas anteriores, como o da integração, ainda

não foram completamente abandonados, e a inclusão ainda não está totalmente estabelecida, mas está caminhando nessa direção e isso implica uma série de desafios.

A inclusão escolar não é um trabalho fácil. Estaremos a discutir valores e preconceitos que estão enraizados em nossa cultura, mas estamos no caminho para alcançar a inclusão plena, pois é necessária uma reestruturação progressiva e uma transformação do pensar a escola (Silva Neto *et al.*, 2018, p. 90).

Reforçando esta perspectiva, é fundamental salientar que a inclusão transcende o domínio puramente pedagógico, assumindo também um caráter ético e político. Isso se deve ao fato de que, como integrantes da sociedade, as crianças com deficiência devem desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades que seus pares, assegurando assim sua plena participação na vida social e no seu desenvolvimento. Isso implica na necessidade de investimentos em sua educação e qualidade de vida, uma vez que o ambiente educacional desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social das pessoas (Fleith, 2011; Von Tetzchner; Grindheim, 2013).

Portanto, as crianças autistas devem obter uma inclusão cuidadosamente planejada e implementada para atender às necessidades específicas de cada criança, promovendo ao mesmo tempo um ambiente de aprendizado positivo e inclusivo. É importante ressaltar que as estratégias de inclusão podem variar de acordo com as necessidades individuais da criança e as diretrizes de cada sistema educacional. No entanto, é importante observar que a implementação da inclusão escolar no Brasil enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos, a falta de capacitação adequada para professores e a necessidade de adaptação de infraestruturas físicas das escolas. A qualidade da inclusão escolar pode variar consideravelmente de uma região para outra e de uma escola para outra. Por fim, a eficácia da inclusão escolar de crianças autistas no Brasil pode ser heterogênea e requer um esforço contínuo para melhorar e garantir o pleno acesso à educação inclusiva para todas as crianças.

### 3.3 CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO(A) NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No cenário educacional contemporâneo, a promoção da inclusão de crianças autistas na educação infantil representa um desafio multifacetado e crucial. Nesse

contexto, as contribuições do psicólogo(a) desempenham um papel fundamental, fornecendo conhecimento especializado e orientação para a construção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. A presente pesquisa de revisão bibliográfica narrativa buscou explorar as maneiras pelas quais os profissionais da psicologia podem colaborar ativamente no desenvolvimento de estratégias e práticas que beneficiem crianças autistas, promovendo assim a igualdade de oportunidades e o crescimento pessoal de todos os envolvidos.

Sendo assim, com base na análise literária que foi feita acerca de todo o conjunto teórico abordado dentro da pergunta que norteia esse seguinte trabalho: “Como o psicólogo(a) pode promover inclusão para crianças com autismo início da sua trajetória escolar?”, se faz necessário examinar cuidadosamente as nuances e significados encontrados dentro dessa narrativa, na promoção de uma discussão sólida e enriquecedora.

A inclusão de crianças autistas na educação infantil requer uma abordagem multidisciplinar que se baseia em uma sólida base teórica e em evidências empíricas. Nesse sentido, a psicologia desempenha um papel crucial, pois fornece orientações embasadas em pesquisas atuais e práticas baseadas em evidências. Analisando sob uma ótica histórico-cultural, é pertinente enfatizar a importância do trabalho desempenhado pelo psicólogo escolar no sentido de promover a inclusão de alunos com deficiência. Isso se justifica pelo fato de que, dentro das distintas vertentes da psicologia, a área escolar é aquela que se envolve de maneira mais próxima e direta com essas crianças (Barbosa; Conti, 2011).

Quando abordado o ambiente escolar e o âmbito da inclusão, a responsabilidade das instituições de educação infantil é facilitar o desenvolvimento global das crianças com deficiência, com especial ênfase na promoção de suas habilidades de socialização e linguagem. Estas habilidades são frequentemente mais desafiadoras para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e podem também ser aprimoradas por meio de interações e brincadeiras, que são atividades que devem ser comuns nesses ambientes (Gaspar; Serrano, 2011).

Devido melhora significativa durante o tratamento da criança no espectro autista, pois “oferece uma abordagem educacional prática e abrangente para inspirar as crianças, adolescentes e adultos com autismo a participarem ativamente em interações divertidas, espontâneas e dinâmicas com os pais, outros adultos e crianças” (Tolezani, 2010, p. 8).

Diante do contexto que envolve o ambiente escolar, especificamente na educação infantil, o (a) psicólogo(a) pode fazer uso de estratégias que possibilitem ao professor a reflexão e produção de novos sentidos diante da sua atuação profissional. (Ramos, 2019.) No entanto, o(a) psicólogo(a) pode mediar ações que tenham como objetivo incentivar a relação do aluno(a) com deficiência e o seu ambiente, no sentido coletivo e social. Sendo assim, é importante ressaltar também que de acordo com Souza *et.al* (2014) o(a) psicólogo(a) escolar é responsável por desempenhar um papel significativo na promoção do desenvolvimento das funções psicológicas superiores no ambiente escolar, tais como memória, imaginação, percepção, atenção, fala e pensamento. Esse papel inclui, sobretudo, o estímulo ao desenvolvimento da consciência crítica tanto de educadores quanto de alunos em relação à sua realidade. Isso, por sua vez, possibilita a superação das dificuldades que surgem nesse contexto, ao mesmo tempo em que promove a reavaliação e aprimoramento de concepções e práticas educacionais.

Orientado pelas diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), em relação à atuação de profissionais de psicologia na educação básica, destaca-se que a abordagem do psicólogo neste contexto de educação inclusiva deve ser fundamentada em iniciativas colaborativas. Essas iniciativas visam fomentar diálogos sobre a inclusão e a diversidade, estimulando reflexões envolvendo todos os membros da comunidade escolar. A intenção é enfrentar os obstáculos que afetam as pessoas com deficiência, além de combater o preconceito dirigido a esses indivíduos, com o objetivo de destacar e fortalecer as habilidades e talentos dos estudantes nesse contexto.

As interações sociais possibilitam caminhos para o bom desenvolvimento das crianças, em concordância a isso, a inclusão escolar de crianças com deficiência enriquece o ambiente com diversidade social, promovendo atitudes como respeito, cooperação e tolerância nas relações com outras crianças. Isso beneficia o desenvolvimento de todas as crianças (Ramos, 2019). Isso inclui a importância de um todo no processo, de modo que:

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais. (Silva; Brotherhood, 2009, p.3).

Por isso, vale ressaltar como parte desse meio o quão a interação de crianças autistas com seus colegas é satisfatória, conforme destacado por (Battisti *et al.*, 2015), para superar as dificuldades sociais dessas crianças, é necessário gradualmente ampliar suas oportunidades de interação social, permitindo o desenvolvimento de novas habilidades. Em concordância, ao permitir que crianças com autismo compartilhem experiências com seus pares da mesma faixa etária, isso estimula suas habilidades sociais, evitando o isolamento persistente.

Em continuidade, a investigação aborda as nuances em que o(a) psicólogo(a) escolar deve desempenhar um papel crucial na criação de um ambiente acolhedor, onde ele está disponível para ouvir as preocupações da escola e colaborar na resolução de questões do dia a dia. Sua atuação é caracterizada por uma abordagem analítica, preventiva e atenta. Ao se integrar ao ambiente escolar, o(a) psicólogo(a) investiga as práticas pedagógicas, participa das reuniões escolares e contribui para a construção do projeto pedagógico da escola. A prática de uma escuta ativa e a observação cuidadosa são eficazes na formulação de metodologias e na elaboração de estratégias de intervenção, bem como no oferecimento de apoio para lidar com as angústias e os desafios emocionais enfrentados pelos alunos, suas famílias e os profissionais da instituição. Isso permite ao psicólogo(a) uma compreensão mais profunda do contexto educacional em que atua (Dias *et al.*, 2018).

O psicólogo desempenhará um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento da criança autista, visando à sua integração bem-sucedida no ambiente escolar, na sociedade e na sua própria família. Ele orientará e educará tanto os pais como os professores para promover um convívio harmonioso, que é a base essencial para criar condições favoráveis ao crescimento social, ao processo de ensino e aprendizagem, aspectos cruciais para o progresso da criança autista ao longo de sua jornada rumo à fase adulta. A responsabilidade do psicólogo escolar envolve a criação de ferramentas adequadas para apoiar esse crescimento. Lidar com as diferenças e encontrar caminhos que facilitem a realização de um trabalho genuíno e eficaz é o objetivo a ser perseguido pelo psicólogo(a) e por todos os envolvidos (Sacramento; Silva, 2019).

Conforme indicado por Sacramento e Silva (2019), nesse contexto, o(a) psicólogo(a), com base em seus conhecimentos, desempenha um papel fundamental ao promover a inclusão de alunos com autismo e ao colaborar com a equipe escolar

na criação de recursos que facilitem o processo de ensino e aprendizagem. Isso implica abordar as dificuldades específicas relacionadas ao autismo, levando em consideração o grau e as características individuais do transtorno, e fornece suporte aos professores e aos responsáveis pela criança. Além disso, ao desenvolver atividades escolares, é essencial que o psicólogo considere cuidadosamente as necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco particular no desenvolvimento da linguagem e do comportamento social, visando a alcançar resultados positivos no ambiente escolar.

Ramos e colaboradores (2019) destacam a relevância da presença do psicólogo(a) escolar na educação infantil e ressaltam o papel desse profissional como um facilitador da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola. Além disso, o psicólogo escolar desempenha um papel importante ao compartilhar informações sobre desenvolvimento e aprendizagem nesses ambientes, proporcionando às crianças com TEA a oportunidade de explorar e desenvolver suas habilidades ao máximo.

O profissional da psicologia se empenha em mitigar as dificuldades e limitações enfrentadas pelo aluno com autismo, promovendo um ambiente educacional inclusivo. Ele desempenha o papel de informar e orientar, oferecendo conhecimento para lidar com as incertezas e preocupações relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). O(a) psicólogo(a) atua como um guia essencial no processo de inclusão escolar da criança com autismo. Sua presença no ambiente escolar é de grande importância, contribuindo para a capacitação daqueles que fazem parte do cenário educacional, especialmente os professores que têm contato direto com a criança diariamente. Dessa forma, é possível oferecer oportunidades de formação, cursos, orientações e outros recursos que capacitam toda a equipe escolar a compreender e atender às necessidades específicas apresentadas pelas crianças autistas (Leite, 2020).

Portanto, o psicólogo desempenha um papel fundamental na busca por estratégias que visam minimizar as dificuldades enfrentadas pelas crianças autistas, promovendo assim o sucesso do ensino inclusivo. Ele age como um guia e um recurso valioso ao orientar e esclarecer dúvidas relacionadas ao TEA, oferecendo suporte tanto à criança quanto aos educadores e pais envolvidos no processo de inclusão. Além disso, o psicólogo contribui para a criação de um ambiente escolar acolhedor e

adaptado, no qual a criança autista pode prosperar e desenvolver seu potencial. Sua presença e envolvimento são essenciais para garantir a eficácia da inclusão educacional e o bem-estar da criança autista.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a análise realizada neste estudo oferece uma visão abrangente e aprofundada sobre a inclusão de crianças autistas na educação infantil, destacando sua complexidade e importância. No cenário educacional contemporâneo, a inclusão é um compromisso inegociável, uma vez que busca criar oportunidades iguais para todas as crianças, independentemente de suas diferenças individuais. A atuação dos profissionais da psicologia neste contexto desempenha um papel crucial. Eles representam uma ponte entre a teoria e a prática, fornecendo orientação especializada e embasada em evidências para a construção de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos. No entanto, a abordagem adotada por cada psicólogo pode variar significativamente, e essa diversidade pode influenciar diretamente a forma como a inclusão de crianças autistas ocorre na escola. Psicólogos podem utilizar diferentes métodos, estratégias e intervenções para apoiar o desenvolvimento e bem-estar dessas crianças.

A educação infantil é um período fundamental para o desenvolvimento das crianças, além de ser a porta de entrada para a trajetória escolar do indivíduo. Nesse momento, a interação social é essencial, pois permite que elas aprendam a se relacionar com os outros e a construir sua identidade. A psicologia, por sua vez, pode contribuir para a compreensão do desenvolvimento infantil e para a promoção de práticas educacionais que favoreçam a interação social. A necessidade de formação especializada para os profissionais que estão inseridos no ambiente escolar de crianças autistas, a responsabilidade das instituições de educação infantil em facilitar o desenvolvimento habilidades de socialização e linguagem, são pontos de suma importância para todo o conjunto funcionar de maneira satisfatória.

No presente estudo, ainda é possível ressaltar a importância de um desenvolvimento amplo que abranja não apenas as dimensões cognitivas, mas também as sociais e emocionais das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O ambiente escolar deve ser um espaço onde essas crianças podem não apenas aprender conteúdos acadêmicos, mas também desenvolver habilidades sociais e emocionais necessárias para uma vida plena e produtiva.

Além disso, a formação especializada é destacada como uma necessidade urgente para os profissionais que atuam no contexto da educação infantil. A inclusão

eficaz requer uma compreensão sólida das características do autismo e das melhores práticas para atender às necessidades dessas crianças. Nesse sentido, o papel do psicólogo escolar é de extrema relevância ao fornecer orientação e suporte para a equipe de educadores e pais.

Embora se destaque a importância das estratégias citadas dentro do âmbito escolar, a ausência de exemplos práticos ou estudos de caso pode limitar a compreensão da implementação efetiva dessas estratégias na prática. A falta de discussão sobre recursos limitados, como tempo, financiamento e formação específica para os psicólogos, também é uma possível limitação. Para aprofundar essa temática, seria crucial explorar estudos de caso, experiências práticas e perspectivas de profissionais envolvidos. Adicionalmente, uma análise mais profunda da colaboração interdisciplinar, avaliação de recursos disponíveis e entrevistas com psicólogos e outros profissionais poderiam enriquecer a compreensão das limitações e desafios enfrentados na promoção da inclusão de crianças autistas na educação infantil.

Por fim, esta análise narrativa enfatiza que a promoção da inclusão de crianças autistas na educação infantil é uma jornada contínua e colaborativa. O psicólogo desempenha um papel essencial ao guiar, apoiar e educar, não apenas as crianças, mas também os pais e educadores. Sua presença é fundamental para criar um ambiente escolar acolhedor e adaptado, onde todas as crianças, independentemente de suas diferenças, possam prosperar e alcançar seu potencial pleno. Portanto, a inclusão não é apenas um objetivo a ser alcançado, mas um compromisso duradouro em direção a uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

## REFERÊNCIAS

- AGRIPINO-RAMOS, C. *et al.* Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças?. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 453-468, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/7wrbFcq8MFgGgW77FbqMD5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais: DSM V.** 5. ed. Washington, DC: APA, 2014.
- ANDRADA, P. *et al.* Possibilidades de Intervenção do Psicólogo Escolar na Educação Inclusiva. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 123-141, jan./jun. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202018000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202018000100010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2023.
- BAPTISTA, C.; BOSA, C. **Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- BARBOSA, A.; CONTI, C. Formação em psicologia e educação inclusiva: um estudo transversal. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 231-240, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/7c7ZLpdYqmPshvVzkdKtmtR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BATTISTI, G.; HECK, G. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática.** (2015). Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>. Acesso: 10 nov. 2023.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares, estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998. Disponível em: [https://gedh-uerj.pro.br/documentos/parametros-curriculares-nacionais-adaptacoes-curriculares-estrategias-para-a-educacao-de-alunos-com-necessidades-educacionais-especiais/#gid=tainacan-item-document\\_id-25168&pid=1](https://gedh-uerj.pro.br/documentos/parametros-curriculares-nacionais-adaptacoes-curriculares-estrategias-para-a-educacao-de-alunos-com-necessidades-educacionais-especiais/#gid=tainacan-item-document_id-25168&pid=1). Acesso em: 10 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Presidência da República, Casa Civil**, 28 dez. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 27 out. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Conselho Federal de Psicologia (2013). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica.** 1 ed. Brasília: CFP, mar. 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Refer%C3%A2ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-de-Psicologas-os-na-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

COSTA, D. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 232-240, 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862006000300007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862006000300007). Acesso em: 10 nov. 2023.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: dez. 2023.

DIAS, D. *et al.* O que se "ensina" no ensino superior: avaliando conhecimentos, competências, valores e atitudes. **Meta Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 318–337, maio/ago. 2018.

DOE, J. A comprehensive review of the effects of exercise on mental health. **Journal of Physical Activity and Mental Well-being**, v. 12, n. 2, p. 145-162, 2020.

FLEITH, D. A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios para o psicólogo escolar. *In*: GUZZO, R.; MARINHO-ARAÚJO, C. (orgs.). **Psicologia escolar: identificando e superando barreiras**. Campinas: Alínea, 2011. p. 33-46.

FRANCÊS, L.; MESQUITA, A. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 26, e260026, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M7jYYq84pmgK4TsbSQDQ8Dr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GASPAR, A.; SERRANO, A. Interações sociais e comunicativas entre uma criança espectro do autismo e os seus pares sem necessidades educativas especiais: estudo de caso. **Análise Psicológica**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 67-82, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14417/ap.39>

LEITE, M.; MONT'ALVERNE, C. A contribuição da psicologia no processo de inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 9, n. 5, p. 5–22, 2020.

FRAZÃO, C. O direito ao acesso à educação da pessoa com transtorno do espectro autista (tea) após a Lei Berenice Piana nº 12.764/12: violação de preceito fundamental ou descumprimento de relação contratual. **Jus**, 08 mai. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73835/o-direito-ao-acesso-aeducacao-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista-tea-apos-a-lei-bereniciana-n-12-764-12-violacao-de-preceito-fundamental-ou-descumprimento-derelacao-contartual>. Acesso em: 20 set. 2022.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, [s. l.], v. 2, p. 217-250, 1943.

LEMOS, E. *et al.* Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 26, n. 1, p. 69-84, jan./mar. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/z9kw6rcvPhxsPSkmLnXwMhd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MACEDO, M. *et al.* Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo**, [s. l.], n. 19, n. 2, p. 179-189, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-737218196001>

MINAYO, Maria. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. 1 ed. Brasília: Editora MS, 2008. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_pessoa\\_deficiencia.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf). Acesso em 10 jun. 2023.

PARA compreender o autismo – Parte 1. **Tismoo**, 11 jul. 2016. Disponível em: <https://tismoo.us/saude/para-compreender-o-autismo%e2%80%8a-%e2%80%8aparte-1/>. Acesso em 18 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Transtorno do espectro autista. **OPAS**, 2023c. Disponível em <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SACRAMENTO, S.; SILVA, M. A atuação do psicólogo escolar na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Científica Semana Acadêmica**, [s. l.], v. 1, e. 167, p. 1–23, 2019. Disponível em: [https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/74\\_artigo\\_atuacao\\_do\\_psicologo\\_template.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/74_artigo_atuacao_do_psicologo_template.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA NETO, A. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091/pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, M.; BROTHERHOOD, R. Autismo e inclusão: da teoria à prática. In: Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar (ECCP), 5., 2009, Maringá. **Anais Eletrônicos** [...] Maringá: CESUMAR, 2009, p.1-5. Disponível em: [https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/maria\\_carmo\\_bezerra\\_lima\\_silva.pdf](https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, V. *et al.* O psicólogo na escola e com a escola: a parceria como forma de atuação promotora de mudanças. In: GUZZO, R. (org.). **Psicologia escolar: desafios e bastidores da escola pública**. Campinas: Alínea, 2014. p. 27-54.

TAYLOR, D.; PROCTER, M. **The literature review: a few tips on conducting it**. **University of Toronto**, 2023c. Disponível em: <https://advice.writing.utoronto.ca/types-of-writing/literature-review/>. Acesso em: 04 nov. 2022.

TOLEZANI, M. Son-rise uma abordagem inovadora. **Revista Autismo: informação gerando ação**, São Paulo, ano 1, n. 0, p. 8-10, set. 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The Salamanca statement and framework for action on special needs**

**education.** Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000984/098427por.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

VON TETZCHNER, S.; GRINDHEIM, E. Inclusion of children with autism spectrum disorders through shared peer activity. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 26, n. 47, p. 507-522, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313128786002.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

WALTER, C.; NUNES, D. Estimulação da linguagem em crianças com autismo. *In*: LAMÔNICA, D. (org.) **Estimulação de linguagem: aspectos teóricos e práticos**. São José dos Campos: Pulso, 2008. p.141-172.